



## **COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

### **ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.ª SL**

Aos sete dias do mês de fevereiro de 2012, pelas quinze horas, reuniu a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (CEAMPAFP), na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem de trabalhos:

**15:00H - Audição da CGTP- IN – Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional**, com o objetivo de recolher contributos e analisar matérias relativas às reformas estruturais, que se inserem no programa de assistência financeira a Portugal.

**16:30H - Audição da CIP – Confederação Empresarial de Portugal**, com o objetivo de recolher contributos e analisar matérias relativas às reformas estruturais, que se inserem no programa de assistência financeira a Portugal.

**18:30H - Audição da CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal**, com o objetivo de recolher contributos e analisar matérias relativas às reformas estruturais, que se inserem no programa de assistência financeira a Portugal.

**15:00H - Audição da CGTP- IN – Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional,**

Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente da CEAMPAFP deu as boas vindas ao Senhor Presidente da CGTP e respetiva comitiva, informando sobre o objetivo da audição e esclarecendo sobre a grelha de tempos a ser utilizada.



## **COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

A grelha de tempos seria de uma intervenção inicial da CGTP de quinze minutos, seguida de perguntas, com a duração de sete minutos, por grupo parlamentar, e uma resposta global da CGTP à totalidade das questões colocadas.

O Senhor Arménio Carlos, Secretário-geral da CGTP, durante a intervenção inicial manifestou primeiramente a sua opinião relativamente às intervenções do FMI, que habitualmente são desprovidas de medidas que visem o desenvolvimento e o crescimento da economia, contribuindo para o empobrecimento generalizado do país tornando-o incapaz de gerar riqueza. Continuando a sua intervenção referiu dados relativos ao número de desempregados e respetiva evolução, criticou a decisão relativa ao fundamento de despedimento relacionado com a inadaptação e também manifestou o seu desacordo com a legislação relativa ao subsídio de desemprego e por último disse constituir uma ofensiva aos direitos dos trabalhadores a tentativa de esvaziamento da contratação coletiva.

Seguiu-se a fase de perguntas, durante a qual usaram da palavra os seguintes Deputados: Clara Marques Mendes (PSD), Pedro Marques (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e João Semedo (BE).

O Senhor Secretário Geral da CGTP- IN, respondeu às questões formuladas pelos Senhores Deputados, acentuando que, no seu entendimento, houve uma simulação de negociação, e que não foi a CGTP-IN a abandonar a negociação, limitando-se a abandonar uma reunião.

### **16:30H - Audição da CIP - Confederação Empresarial de Portugal**

Dando início à audição o Senhor Presidente da CEAMPAPF deu as boas vindas aos Senhores Presidente e Diretor Geral Adjunto da CIP, informando sobre o objetivo da audição e esclarecendo sobre a grelha de tempos a ser utilizada.

A grelha de tempos seria de uma intervenção inicial da CIP de quinze minutos, seguida de perguntas, com a duração de sete minutos, por grupo parlamentar, e uma resposta global da CIP à totalidade das questões colocadas.



## **COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

O Senhor António Saraiva, Presidente da CIP, na sua intervenção inicial deu a sua opinião relativamente ao memorando de entendimento, dizendo que o mesmo deveria ser revisitado ponderando-se um alargamento do prazo de pagamento ou dos próprios valores a pagar. Em sede de concertação social disse que um terço das medidas resultam de exigência da “Troika” e dois terços se destinam ao crescimento e produtividade, concluindo afirmou que a CIP continua a pugnar pela redução da TSU – taxa social única.

Seguiu-se a fase de perguntas, durante a qual usaram da palavra os seguintes Deputados: Paulo Baptista Santos (PSD), Basílio Horta (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) e João Semedo (BE).

O Senhor António Saraiva, Presidente da CIP, respondeu às questões formuladas pelos Senhores Deputado, chamando a atenção para a inércia da EU quanto à entrada cega de produtos asiáticos que são produzidos com regras profundamente desiguais acrescentando ainda que a entrada de produtos nacionais no Brasil é alvo de 50% de impostos aduaneiros daquele país. Mais informou que a TSU era requerida pela CIP para as empresas exportadoras de produtos transacionáveis e que a meia hora era pela CIP pretendida em modulação semestral. Concluindo disse estar Portugal no bom caminho mas que entende premente o lançamento e execução das medidas do memorando que se trata de um documento dinâmico.

### **18:00H – Audição da CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal**

Dando início à audição o Senhor Presidente da CEAMPAPF deu as boas vindas ao Senhor Presidente da Direção da Confederação de Comércio e Serviços de Portugal, Eng. João Vieira Lopes, ao Dr. José Cortez, Diretor Executivo e à Dra. Ana Vieira, Secretária Geral da Confederação, informando sobre o objetivo da audição e esclarecendo sobre a grelha de tempos a ser utilizada.



## **COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

A grelha de tempos seria de uma intervenção inicial da CCP de quinze minutos, seguida de perguntas, com a duração de sete minutos, por grupo parlamentar, e uma resposta global da CCP à totalidade das questões colocadas.

O Senhor Presidente da Direcção da CCP, Eng. João Vieira Lopes, na sua intervenção inicial exprimiu a sua opinião relativamente às reformas estruturais, salientando a sua apreensão relativamente à ação dos reguladores, nomeadamente da autoridade da concorrência. Referiu-se também as suas preocupações relativamente à lei do arrendamento e respetiva transposição para o arrendamento comercial e realçou a dificuldade na obtenção de crédito por parte das empresas e sugeriu a possibilidade de a CGD ter um papel mais ativo no financiamento da economia.

Seguiu-se a fase de perguntas, durante a qual usaram da palavra os seguintes Deputados: Luis Leite Ramos (PSD), Pedro Marques (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP).

O Presidente da Direcção da CCP, Eng. João Vieira Lopes, respondeu às questões formuladas pelos Senhores Deputados, sublinhando: a necessidade de ao nível fiscal ser imposta uma coleta mínima e uma harmonização fiscal ao nível dos países europeus; sugeriu o decréscimo das taxas de multibanco aplicadas; considerou a relevância da recuperação de pagamentos em atraso; propôs a redução de algumas taxas municipais, que em certos casos atingem valores absurdos; referiu a justiça, como entrave estrutural do desenvolvimento da economia; mencionou as situações de abuso, por parte de detentores de posições dominantes no mercado; e concluiu com a necessidade de simplificação da legislação laboral relativa á contratação a prazo.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo, encontrando-se o respetivo registo disponível para consulta na página Internet do Parlamento.



**COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO  
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

A reunião foi encerrada às dezanove horas e trinta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de Fevereiro de 2012.

O Presidente

(Vieira da Silva)



**COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO  
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes  
Basílio Horta  
Carlos Abreu Amorim  
Clara Marques Mendes  
Duarte Pacheco  
Fernando Virgílio Macedo  
João Semedo  
Luís Leite Ramos  
Maria José Castelo Branco  
Miguel Frasquilho  
Miguel Tiago  
Paulo Batista Santos  
Pedro Jesus Marques  
Pedro Pinto  
Vieira da Silva  
Vitalino Canas  
João Gonçalves Pereira  
João Ramos  
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina  
Nuno Reis  
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Freitas  
Teresa Anjinho